

RESENHAS/REVIEWS

KLEIBER, G. (1999) *Problèmes de Sémantique – la polysémie en questions*.
Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 220 p.

Resenhado por/by Heronides Maurílio de Melo MOURA
(Universidade Federal de Santa Catarina)

PALAVRAS-CHAVE: Polissemia; Contexto; Sentido; Semântica lexical; Pragmática.

KEY-WORDS: Polysemy; Context; Meaning; Lexical semantics; Pragmatics.

Georges Kleiber é um pesquisador que tem se destacado na lingüística francesa atual, com pesquisas na área da semântica. Seus temas de interesse envolvem os processos referenciais, dêiticos e anafóricos, e também a semântica lexical. *Problèmes de Sémantique – la polysémie en questions* (1999) é seu último livro. Nesta obra, ele pretende, a partir da análise de algumas teorias contemporâneas sobre a polissemia, oferecer respostas próprias a algumas questões relativas a esse tema, como por exemplo: quais os limites da polissemia? A polissemia é um fenômeno semântico, ou situado na interface semântica-pragmática?

Para chegar a respostas satisfatórias sobre esses problemas, o autor utiliza o procedimento de examinar fenômenos lingüísticos específicos e a forma como eles têm sido abordados pelas teorias sobre polissemia atualmente no mercado. Esse procedimento tem o duplo interesse de proporcionar uma análise detalhada dos fenômenos em causa e de questionar os limites das teorias construídas sobre eles. Em razão disso, esse livro pode interessar tanto àqueles que já conhecem os problemas e teorias abordadas, quanto àqueles que desejam tomar conhecimento deles.

O livro é bem sucedido no objetivo de traçar um panorama das pesquisas sobre polissemia, adotando uma posição crítica e analítica, e não apenas expositiva, em relação às teorias analisadas. Pode-se cobrar do autor, todavia, um desenvolvimento mais aprofundado das respostas

que ele fornece àquelas questões a que me referi acima. Tentarei mostrar que, especialmente no que concerne à situação da polissemia na interface semântica-pragmática, a posição de Kleiber não é suficientemente clara. Mas isso não retira o valor de seu livro, que é uma ótima apresentação das questões que cercam esse velho problema semântico que é a polissemia.

O livro está dividido em sete capítulos, que passamos a resenhar em seguida. O primeiro é o mais teórico de todos. Aí o autor confronta duas posições opostas sobre a natureza do sentido lingüístico, fundadas a partir de duas dicotomias: objetivismo x construtivismo e convencionalismo x contextualismo. O objetivismo em semântica corresponde à idéia de que as expressões referenciais remetem a entidades reais, objetivas. A isso se opõe o que o autor denomina de construtivismo, de acordo com o qual o mundo real não preexiste ao sistema lingüístico, sendo construído por ele. Essa questão afeta diretamente a análise que se possa fazer da polissemia, pois esta envolve variação de referentes, de modo que é essencial definir antes de tudo a natureza do processo referencial. Um exemplo típico de construtivismo é a teoria de Jackendoff (1983), que separa mundo real e mundo projetado e na qual a referência remete a entidades pertencentes a este último e não ao mundo real. Kleiber argumenta que essa oposição lhe parece supérflua (p. 21), pois tal divisão não afeta a análise das questões semânticas. Ou seja, segundo o autor, dizer que as expressões referenciais remetem não ao mundo em si mas ao mundo construído pela percepção e pela linguagem em nada altera o fato de que uma expressão referencial pressupõe a existência do referente. O autor se situa assim numa posição objetivista moderada, que admite a natureza intersubjetiva do sentido, mas que não renuncia a entender a significação como uma relação entre língua e mundo. Quanto à oposição entre convencionalismo e contextualismo, mais do que a discussão teórica em si, o que interessa ao autor é a visão que se pode ter da polissemia a partir dessa dicotomia. Para o contextualismo, uma palavra só adquire sentido numa situação de enunciação específica, a partir de mecanismos pragmáticos que recorrem ao contexto e ao saber enciclopédico (p. 43). Em última instância, essa posição leva a considerar o sentido lexical como definido a partir do contexto, não havendo uma convencionalização do sentido

lexical anterior à sua colocação em discurso. Defendendo a posição do que se pode chamar de convencionalismo, Kleiber argumenta, entre outras coisas, que esse contextualismo radical é contra-intuitivo, pois pressupõe uma construção do sentido sem a determinação dos elementos de construção (p. 36). Kleiber não nega que certas derivações do sentido possam ser construídas a partir do contexto, mas sustenta que essas derivações são produzidas com base em sentidos estáveis e convencionados no campo intersubjetivo. Essas posições teóricas do autor fundamentam dois pontos que ele considera cruciais no que concerne à polissemia: a) a variação dos referentes é um fator determinante para a consideração da polissemia e b) nem toda variação contextual do sentido pode ser considerada como uma polissemia. Esta precisa ser estável e lexicalizada.

O capítulo 2 discute basicamente duas questões: a relação da polissemia com a teoria dos protótipos, em sua versão estendida (Lakoff, 1987) e a natureza estável, lexicalizada, dos sentidos de um item polissêmico. O conceito de protótipo, na versão estendida da teoria, não apela para a noção de melhor exemplar de uma categoria (como era feito na versão clássica), mas para as semelhanças de família que ligam os membros de uma categoria. Ou seja, não é necessário que os membros de uma categoria apresentem um ou mais traços comuns com o protótipo, mas apenas que cada membro partilhe ao menos uma propriedade com um outro membro da categoria (p. 60). A esse postulado sobre a constituição das categorias, a teoria dos protótipos, versão estendida, agrega a hipótese de que a polissemia lexical se organiza segundo esse modelo de semelhanças de família. Ou seja, uma unidade lexical polissêmica constitui em si mesma uma categoria, e seus membros são o conjunto de sentidos que tal unidade engloba. Esses sentidos se ligam entre si conforme o modelo das semelhanças de família. Kleiber põe em questão essa consideração da polissemia como um caso específico da categorização prototípica. Para ele, a construção de uma categoria conceptual não pode ser comparada à construção de um conjunto de sentidos, como é o caso da polissemia. Uma categoria conceptual tem a função de organizar um conjunto de seres ou entidades. Por exemplo, a categoria *pássaro* agrupa um conjunto de seres que são conceptualizados como membros dessa categoria. Isso leva a uma diferença crucial em

relação à polissemia: as categorias conceituais são abertas, pois uma de suas funções é categorizar novos referentes, ao passo que os itens lexicais polissêmicos agrupam um conjunto fechado de sentidos (p. 63). Esse conjunto de sentidos é fechado porque os sentidos de um item polissêmico, de acordo com o autor, são estáveis e convencionalizados. Retoma-se aqui a posição esboçada no capítulo 1, no qual vimos o autor se posicionar contra o contextualismo radical e, portanto, contra a abertura completa do conjunto de sentidos de um item polissêmico. A natureza estável, lexicalizada, dos sentidos de um item lexical polissêmico implica que eles já estão dados na língua, não sendo fruto exclusivo da competência interpretativa dos locutores. Para o autor, é preciso separar o nível da competência interpretativa do nível puramente lingüístico em que os sentidos de um item polissêmico são definidos. Nesse aspecto, é importante frisar que, no caso da polissemia, a negociação do sentido, associada àquela competência interpretativa, pode envolver a escolha do sentido pertinente, entre os vários possíveis num dado contexto, mas não a convencionalização dos sentidos em si mesma (p. 75).

No capítulo 3, o autor introduz uma questão que se fará presente no resto do livro: a chamada polissemia sistemática. A polissemia sistemática é um tipo de variação de sentido que se encontra num ponto intermediário entre a polissemia clássica (aquela das palavras *laço*, *folha* ou *tela*) e a simples variação contextual. Por exemplo, o substantivo *livro* pode ser entendido ora como objeto material, ora como objeto abstrato (texto), e o substantivo *jornal* pode significar tanto o exemplar como a empresa jornalística. Nesse capítulo, Kleiber apresenta e discute a teoria das *facetas* de Cruse (1996), que pretende dar conta da polissemia sistemática. A hipótese fundamental dessa teoria é que um lexema, mesmo apresentando um conteúdo semântico unitário, apresenta *facetas* semânticas que podem ser destacadas em contextos específicos. Esse tipo de variação semântica é bastante comum nas línguas e envolve diferentes tipos de relação, como por exemplo: *frango*: contável– não-contável; *copo*: continente-conteúdo; *Honda*: produto-produtor. O interesse da teoria das facetas é mostrar o caráter sistemático dessas variações de sentido, que não são produzidas *ad hoc*. Todavia, Kleiber critica a idéia, que ele atribui a Cruse, de que uma mudança de faceta acarreta uma variação de referente. Ou seja, no caso do lexema *livro*, por

exemplo, ao passar da faceta₁ (livro: objeto físico) para a faceta₂ (livro: texto(objeto abstrato)), alterar-se-ia também o referente visado pelo substantivo. Ora, para Kleiber não há mudança de referente, mas um processo de metonímia integrada. Isso parece indicar que Kleiber não admite a natureza polissêmica desse tipo de expressão: teríamos apenas um único sentido, com uma variação devida a fatores pragmáticos. A dificuldade surge quando tais sentidos são claramente lexicalizados: nesse caso, ele admite que se trata de polissemia.

A polissemia sistemática foi considerada por alguns autores como baseada em regras pragmáticas que produzem sentidos derivados em contextos específicos. Assim, por exemplo, um substantivo contável (como *coelho*) pode ser transformado numa substância incontável (como em ‘eu comi *coelho* ontem’). Trata-se do que Nunberg (1995) denomina uma *função de transferência*, que projeta um nome contável numa substância incontável. Esse tipo de regra pragmática (que se aplica no caso de várias palavras) fornece uma explicação sistemática e econômica de processos lexicais. Tais regras, no entanto, têm um poder forte demais, sendo necessário restringir suas condições de aplicação. Nunberg define uma relação de relevância pragmática entre a predicação derivada e o sujeito dessa predicação. Por exemplo, se um pintor diz ‘Estou no MASP’, temos uma função de transferência entre o produto (o quadro) e o produtor (o pintor), e essa transferência de sentido é pragmaticamente relevante, pois uma das maneiras de avaliar o trabalho de um pintor é averiguar onde seus quadros são expostos. Agora seria estranho que esse mesmo pintor produzisse o enunciado ‘Eu estou na segunda gaveta do armário’, pois esse enunciado se refere a uma propriedade que pode ser relevante para o quadro em si, mas não para o seu produtor. Ou seja, nesse último enunciado poderia ocorrer, em tese, a função de transferência produto-produtor, mas uma condição pragmática de relevância impede a aplicação dessa função. Kleiber é sensível a essa condição pragmática e, na solução que propõe para a polissemia sistemática (o princípio de metonímia integrada, como veremos a seguir), é de fato importante levar em conta esse fator de relevância conversacional. Ele discute o caso, por exemplo, do substantivo *romance* (p. 100). *Romance* é um substantivo abstrato, indicando um certo tipo de narrativa, mas evidentemente pode se aplicar também ao objeto concreto (o livro),

onde está transcrita essa narrativa. Dessa forma, podemos dizer de um romance que ele é volumoso, que tem 300 páginas ou que contém várias ilustrações. Nesse caso, transferimos a predicação para o objeto concreto. Mas por que soa estranho dizer ‘um romance rasgado’? Kleiber observa que há uma relação de relevância que possibilita ‘romance volumoso’ e que torna estranho ‘romance rasgado’ (normalmente diríamos ‘livro rasgado’): a primeira predicação é relevante também para o objeto abstrato *narrativa* (a extensão é uma importante característica de uma narrativa), ao contrário do adjetivo ‘rasgado’, que é relevante para o objeto físico, mas não para a narrativa.

No capítulo 4, Kleiber pretende mostrar que, ao contrário do que afirmam Nunberg e outros, nem sempre uma função de transferência envolve polissemia. Para ele, há uma diferença no uso do substantivo *coelho* nos dois enunciados a seguir (pp. 109-110):

- (a) Depois que vários caminhões tinham passado por cima do animal, tinha coelho espalhado por toda a estrada.
- (b) João comia coelho.

De acordo com Nunberg, nesses dois enunciados temos uma função de transferência que projeta um nome contável (*coelho*) numa substância incontável (substância de coelho), e em ambos os casos temos uma situação de polissemia. Para Kleiber, todavia, os dois casos são distintos, pois, no enunciado (a), temos um sentido de *coelho* (substância física não-contável) que é totalmente dependente do contexto do enunciado, ao passo que em (b) o sentido de *carne de coelho* já está lexicalizado no substantivo *coelho*. Assim, Kleiber chama a atenção para o fato de que a delimitação do conceito de polissemia deve levar em conta a lexicalização. Mas não fica claro para o leitor como Kleiber concilia sua idéia (comum também a Nunberg) de que há condições pragmáticas na derivação polissêmica (como vimos no caso de *romance*), com a consideração (contrária a Nunberg) de que os sentidos de um item polissêmico devem ser lexicalizados, fazendo parte, portanto, do conteúdo semântico dos itens lexicais.

No capítulo 5, Kleiber aprofunda seu debate com Nunberg e esclarece sua alternativa teórica, baseada na noção de metonímia integrada. Todo o seu esforço vai no sentido de mostrar que a chamada polissemia sistemática não envolve mudança de referentes. Consideremos os enunciados abaixo (p. 123):

- (c) A moça está estacionada na praça.
- (d) George Sand está na estante da esquerda.

Várias análises postulam que há uma mudança de referentes nos exemplos em questão. Em (c) e (d), *a moça* e *George Sand* não remeteriam a seu referente habitual, mas a um referente derivado. Em (c), o referente visado seria o automóvel da pessoa em questão e, em (d), um livro escrito por George Sand. Um problema desse tipo de análise é que ela prevê a gramaticalidade dos enunciados abaixo, que são evidentemente inaceitáveis:

- (e) ? A moça está estacionada na rua, porque ele é muito grande.
- (f) ? George Sand está na estante da esquerda, e ele tem uma capa de couro.

Ora, se houvesse uma mudança de referentes, a retomada anafórica na segunda sentença de (e) (*ele* é muito grande) deveria se referir sem problemas ao referente visado (o automóvel), mas isso não é possível. O referente de *a moça*, na primeira sentença, continua sendo a proprietária, de modo que o referente *o automóvel* não está disponível para a anáfora. O mesmo acontece em (f). Em função dessas dificuldades, Nunberg (1995) renuncia à transferência do referente indicado pelo SN e passa a falar em transferência do predicado. Um enunciado como (c) passa a conter um predicado (*estacionar*) que remete não mais à propriedade à qual se aplica habitualmente, mas a uma nova propriedade. Essa solução pode ser estendida também às polissemias lexicais, como no caso do enunciado (g):

- (g) O omelete de presunto saiu sem pagar.

Em (g), segundo Nunberg, há também uma transferência predicativa, pois há uma relação entre o domínio das propriedades dos pratos pedi-

dos num restaurante e o dos clientes que pedem tais pratos. Kleiber apresenta várias objeções a essa solução de Nunberg. Uma delas é que o predicado derivado (por exemplo, *estacionar*₂, quando aplicado a seres humanos), só pode ser calculado se se faz referência à aplicação do predicado original (*estacionar*₁, quando aplicado a veículos), ou seja, é preciso retomar a relação metonímica entre proprietário e veículo, para definir o sentido de *estacionar*₂. O que parece importar de fato é a relação metonímica entre os SNs e não a transferência do predicado. Kleiber advoga então que não há, nos casos analisados, nem mudança dos referentes, nem mudança dos predicados. Ele propõe um princípio que denomina *Princípio de Metonímia Integrada*, que é definido assim: *Certas características de certas partes podem caracterizar o todo*. Consideremos o enunciado abaixo (p. 144):

(h) Maria está maquiada.

O predicado *estar maquiado* se aplica a Maria, mesmo se não é todo o corpo de Maria que está maquiado, mas só o rosto. A idéia é que um predicado pode ser aplicado a uma entidade sem que necessariamente todas as partes dessa entidade satisfaçam a esse predicado. Kleiber amplia seu princípio de metonímia para dar conta também das relações de contiguidade. Ou seja, um predicado pode se aplicar a uma entidade desde que essa entidade mantenha uma relação de contiguidade com um objeto ao qual tal predicado normalmente se aplica. Assim, no enunciado (c), o predicado *estacionar* se aplica normalmente (e literalmente) ao SN *a moça*, pois este SN mantém uma relação de contiguidade evidente (e relevante) com o SN automóvel. Segundo Kleiber, o uso de *estacionar*, em (c), depende apenas do princípio de metonímia e não de uma mudança do SN ou do predicado. A mesma análise pode ser aplicada aos exemplos (d) e (g) acima.

Mas a questão que se coloca para o leitor é a seguinte: se não há mudança de referentes, nem mudança de sentido do predicado, então faz ainda sentido falar de polissemia nos casos analisados? Kleiber, de fato, parece indicar que a polissemia não está ligada às transferências metonímicas, mas à lexicalização de sentidos distintos. Para ele, muitos fenômenos que estão sendo atualmente estudados como polissemia, são

na verdade derivações de sentido a partir de princípios gerais e não-lexicais. É isso que ele discute nos capítulos 6 e 7.

No capítulo 6, o autor aborda a teoria das zonas ativas, de Langacker. Para a semântica cognitiva proposta por esse autor, a polissemia é definida, em vários casos, em função da saliência cognitiva. Por exemplo, consideremos os exemplos abaixo:

- (i) Ele ouviu o piano.
- (j) Ele ouviu o som do piano.

Langacker argumenta que o verbo *ouvir* é polissêmico, com sentidos diferentes em (i) e (j), pois tal verbo apresenta zonas ativas diferentes nos dois casos. Como não temos espaço para discutir a teoria das zonas ativas, o que importa compreender aqui é que Kleiber se insurge contra essa proliferação de sentidos polissêmicos, que ocorre também na análise do enunciado abaixo:

- (k) Paulo começou um livro.

Nesse exemplo, o SN *um livro* não indica um objeto, mas um evento. Isso se deve à polissemia do verbo *começar* ou à polissemia do SN? A análise desse exemplo é a base do sétimo e último capítulo do livro de Kleiber. A proposta teórica mais conhecida atualmente para explicar o enunciado (k) é a teoria de Pustejovsky, especialmente o seu conceito de coerção de tipo. Em oposição à simples enumeração dos diferentes sentidos de um item lexical polissêmico, Pustejovsky (1995) propõe um modelo lexical gerativo, que engloba mecanismos de geração de novos sentidos que um item lexical pode assumir em determinados contextos. Isso pressupõe que o item lexical possui o que esse autor denomina uma polissemia lógica, que pode se manifestar em função das estruturas sintáticas na qual o item lexical aparece. Um desses mecanismos gerativos é a coerção de tipo, que se aplica a casos como o do enunciado (k) acima. A idéia é que um predicado como *começar* pertence a um tipo semântico subjacente, no caso *evento*, e que esse tipo se impõe sobre o tipo semântico do complemento do verbo. Desse modo, a coerção de

tipo leva a transformar o argumento *um livro* no tipo imposto pelo verbo *começar*. Quer dizer, o SN *um livro* é transformado de um tipo *objeto* em um tipo *evento*. Note-se que isso implica afirmar a polissemia desse SN, que pode significar tanto um objeto, quanto um evento, dependendo do contexto em que se encontra. Kleiber argumenta que essa postulação de mudança de tipo semântico colide com o uso da anáfora no exemplo abaixo:

- (1) Paulo começou um novo livro. Fui eu que o dei a ele.

Ora, se houvesse uma mudança de tipo, o SN *um novo livro* deveria representar um evento e, na retomada anafórica da sentença seguinte, o pronome oblíquo deveria se referir a esse evento, mas evidentemente o pronome se refere a um objeto concreto e não a um evento. Logo, o pronome retoma o tipo semântico original e não o tipo imposto pelo verbo *começar*. Há ainda outras objeções de Kleiber à proposta da coerção de tipo. O que importa aqui é frisar que Kleiber advoga uma análise não-polissêmica para esse tipo de exemplo. Ele propõe como alternativa princípios gerais não-lexicais, como o princípio da metonímia integrada e, para o caso do enunciado (k), um princípio de transformação metafórica. O verbo *começar* envolve um modelo de evento que pode se converter, metaforicamente, num modelo material. Segundo Kleiber, tal conversão metafórica preserva a estrutura semântica e predicativa do verbo *começar* e, como tal, não pode ser considerada uma extensão polissêmica.

Em resumo, ao longo de seu livro, Kleiber questiona as próprias noções de polissemia sistemática e de polissemia lógica. Para ele, há uma injustificada proliferação do conceito de polissemia a várias derivações de sentido que devem ser explicadas num nível não-lexical. Os seus argumentos são pertinentes e instigantes, mas nos fica a dúvida se o livro não propõe um retorno à definição mais clássica de polissemia, entendida como uma série de sentidos lexicalizados em torno de uma unidade lexical. Certamente seria preciso investigar mais a fundo se essa restrição da polissemia à lexicalização pode encontrar guarida nas descobertas e nos postulados da semântica contemporânea, para que tal proposta (que é muito interessante) não possa ser acusada de constituir um retorno ao passado. O debate continua aberto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CRUSE, D. A. (1996) *Lexical semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JACKENDOFF, R. S. (1983) *Semantics and cognition*. Cambridge: MIT Press.
- LAKOFF, G. (1987) *Women, fire and dangerous things*. Chicago: The University of Chicago Press.
- NUNBERG, G. (1995) Transfers of meaning. In: *Journal of semantics*, **17**: 109-132.
- PUSTEJOVSKY, J. (1995) *The Generative lexicon*. Cambridge, MIT Press.